

48


RELATÓRIO FINAL

I. RELATÓRIO


O CONSELHO DE DISCIPLINA DA UNIÃO VELOCIPÉDICA PORTUGUESA/ FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CICLISMO, por delegação da Autoridade Antidopagem de Portugal (adiante ADoP) – cfr. artigo 59.º, n.º 1, da Lei n.º 38/2012, alterada e republicada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto – instaurou o presente processo disciplinar contra o ciclista filiado xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, titular da licença nacional n.º xxxxxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pelo controlo antidopagem positivo em competição, realizado no dia xxxxxx, no final da prova designada "xxxxxxxxx", com o nome de código xxxx que acusou a presença da substância proibida *Clenbuterol* (pertencente à classe S1. Agentes Anabolizantes, da Portaria n. 324/2016, de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos).

O inquérito prévio realizado pela ADoP permitiu a recolha dos seguintes elementos probatórios:

1. Formulário de controlo antidopagem (v. fls. 3)
2. Relatório de análise da amostra A (v. fls. 4);
3. Ficha de inscrição do atleta (v. fls. 5 e 6);
4. Cópia da comunicação escrita feita pela UVP-FPC ao Arguido, informando do resultado positivo da amostra A e da possibilidade de ser requerida a contra-análise (v. fls. 7 e 8).

No âmbito do processo disciplinar, foi realizado o presente inquérito, durante o qual foram realizadas, *inter alia*, as seguintes diligências de instrução:

1. Foi enviado ao Arguido, e este recebeu, o despacho de abertura do processo disciplinar (v. fls. 9 a 11);
2. Foi enviada ao Arguido, e este recebeu, a nota de culpa e a convocatória para prestar declarações (v. fls. 15 a 20);
3. Foram tomadas declarações ao Arguido (v. fls. 21 e 22);
4. Foi contactada a UVP-FPC para serem pedidos esclarecimentos sobre infrações anteriores do Arguido (v. fls. 23 a 27);
5. Foi obtida, oficiosamente, a bula do medicamento *Aspegic®* (v. fls. 28 a 38).

49


O Arguido não constituiu mandatário e não respondeu à nota de culpa mas, na data agendada, compareceu para a sua inquirição, não tendo apresentado ou solicitado qualquer produção de prova.

Importa ainda sublinhar que em nenhum momento do inquérito resultou que a conduta do Arguido tenha sido auxiliada, ou de qualquer outra forma comparticipada, por elementos do pessoal de apoio ao praticante desportivo, motivo pelo qual não houve outros acusados (conforme resulta do disposto no artigo 58.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

Inexistem, assim, quaisquer formalidades ou outros procedimentos a que cumpra obedecer e os elementos constantes do processo disciplinar são, a nosso ver, suficientes para tomar uma decisão. Pelo que, concluída a instrução, cabe elaborar este Relatório Final de inquérito, que acompanhará o processo e se destina a facilitar a tomada de decisão pelo Conselho de Disciplina da UVP-FPC.

II. FUNDAMENTAÇÃO

Neste ponto cumpre enunciar os factos imputados ao Arguido com hipotética relevância disciplinar, analisando a defesa e a prova realizada durante o processo de inquérito, para determinar quais se consideram provados. Depois disso, proceder-se-á à subsunção dos factos provados às normas legais e regulamentares aplicáveis, para finalmente concluir se o Arguido deve, ou não, ser condenado.

i) DA PROVA REALIZADA:

No presente inquérito, o Arguido vem acusado da prática de um ato de dopagem, resultante da presença de uma substância proibida na amostra de líquido orgânico que lhe foi recolhida pela ADoP (infração prevista no art. 3.º, n.º2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto). A referida conduta consubstancia a prática de um ilícito disciplinar, nos termos do disposto no artigo 56.º, n.º1 da mesma Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto).

A acusação fundou-se no relatório de ensaio da amostra n.º A3993750, realizado no Laboratório DoCoLab (Laboratório da Universidade de Gent. DoColab - UGent), no qual foi detetada na amostra a presença da substância *Clenbuterol* (substância proibida não específica, pertencente à classe S1 Agentes Anabolizantes, da Portaria n.º 324/2016 de 19 de dezembro, que aprova a Lista de Substâncias e Métodos Proibidos) – v. fls. 4.

50
[Handwritten signature]

Notificado do resultado da análise, bem como da faculdade de requerer a realização de contra-análise, o Arguido prescindiu de o fazer, pelo que a análise da amostra B não foi efetuada.

Aquando da sua inquirição, o arguido, que afirmou pretender prestar declarações, referiu, grosso modo, que:

1. Quanto à presença de *Clenbuterol* na amostra A, inquirido se confirma ter tomado tal substância, "(...) respondeu que tem a certeza que não tomou nada que tivesse essa substância. Disse que os únicos medicamentos que tomou foram para a gripe, 15 dias antes: *Aspegic* e um xarope cujo nome não se recorda." (v. ponto 1 de fls. 21).
2. Perguntado se tinha alguma ideia de como pode a substância ter chegado ao seu organismo, "(...) respondeu que não, que não têm médico na equipa. Não sabe se terá sido algo proveniente da alimentação ou algo que lhe deram durante a corrida. Referiu que, normalmente, na fase de maior calor, é prática comum os atletas aceitarem bebidas que lhes são oferecidas pelas pessoas que estão a assistir." Questionado se isso aconteceu na prova em causa nos autos "(...) respondeu que sim, pois isso acontece em quase todas as provas." (v. ponto 2 de fls. 21).
3. Perguntado se existe risco de lhe ter sido administrada, especificamente a si, a substância *Clenbuterol* durante a prova na qual foi controlado, "(...) respondeu que não sabe, que não sabe a forma como ela está no seu corpo, pelo que na sua ideia não sabe se lhe podem ou não ter dado essa substância." (v. ponto 4 de fls. 21).
4. Perguntado se ganhou a prova na qual foi controlado, "(...) respondeu que sim." (v. ponto 5 de fls. 21).
5. Questionado se sabia que a toma de *Clenbuterol* era proibida, "(...) respondeu que desconhecia completamente a substância, que continua a desconhecer, não sabe para o que é, que efeito tem, onde a mesma pode ser adquirida. Não sabia que era proibida. Acrescentou que, para si, este tema não é motivo de preocupação." (v. ponto 6 de fls. 21).
6. Perguntado se alguém o advertiu para a questão da prevenção do doping, "(...) disse que nunca se comentou nada, nunca viu nada sobre este assunto." (v. ponto 8 de fls. 22).
7. Perguntado se é profissional ou amador, "(...) respondeu que atualmente é amador. Corre pela equipa "xxxxxxxxx" há 2 anos, e que até hoje fez poucas provas." (v. ponto 9 de fls. 22).
8. Questionado se antes deste controlo já tinha sido controlado, "(...) disse que sim, muitas vezes, durante o período em que foi ciclista profissional. Acrescentou que foi profissional durante dez anos." (v. ponto 10 de fls. 22).
9. Perguntado se nalgum desses controlos já tinha acusado positivo, "(...) respondeu que tem ideia de um caso qualquer, por volta do ano de xxx mas não se lembra como ficou. Referiu que foi numa situação idêntica a esta, tendo também ganho a prova na qual foi controlado." (v. ponto 11 de fls. 22).

10. Perguntado sobre a sua situação socioeconómica respondeu que "(...) neste momento não trabalha, nem recebe subsídio de emprego. (...) vive com a esposa e dois filhos, um deles menor. O filho maior é estudante. Só a esposa é que tem emprego e ganha o ordenado mínimo." (v. ponto 12 de fls. 22).
11. Inquirido se pretendia apresentar alguma testemunha, "respondeu que não, dizendo que "se tivesse adquirido o produto ou tivesse alguma situação tinha alguém de suporte" agora assim não tem ninguém que possa esclarecer a situação." (v. ponto 13 de fls. 22).
12. Por fim, declarou que "(...) a situação é realmente uma surpresa para si, pois tem a consciência que não ingeriu nada com o intuito de alcançar o objetivo que alcançou, e que se sente desolado pela situação, pois não estava à espera que tal acontecesse nesta fase. Referiu que pelo passado que teve enquanto atleta profissional não se iria expor a uma situação destas." (v. fls. 22).

Em suma, o Arguido não assume ter tomado a substância proibida que foi detetada no seu organismo, rejeitando ter cometido a infração disciplinar de que vem acusado.

ii) FACTOS PROVADOS E MOTIVAÇÃO:

Da análise crítica dos elementos probatórios constantes dos autos, temos como provados os seguintes factos:

- 1) O Arguido é um ciclista amador, nascido em xxxx titular da licença nacional xxxxx emitida pela UVP-FPC, para a época 2016.
- 2) No dia xxxxx, o Arguido participou na prova designada xxxxxx e, no final da prova, foi sujeito a um controlo antidopagem realizado pela ADoP, com o nome de código xxx tendo-lhe sido recolhida a amostra de urina n.º xxxx
- 3) A análise à amostra n.º xxxx realizada no Laboratório DoCoLab (Laboratório da Universidade de Gent. DoColab - UGent), revelou a presença da substância proibida *Clenbuterol* no líquido orgânico recolhido no organismo do Arguido.
- 4) O Arguido prescindiu da análise à Amostra B, pelo que a mesma não foi efetuada.
- 5) O Arguido ganhou o xxxxxx (prova na qual foi controlado).

SR
A.

- 6) O *Clenbustero* é um broncodilatador, que tem efeitos na melhoria do rendimento desportivo, fundamentalmente, nos desportos anaeróbicos.
- 7) O Arguido não padece de problemas brônquio-respiratórios e não lhe foi medicamente prescrita a toma de qualquer medicamento que contenha *Clenbutero*.
- 8) O Arguido foi ciclista profissional durante dez anos.
- 9) Na UVP/FPC não há registo de qualquer condenação disciplinar do Arguido anterior aos presentes factos.
- 10) O Arguido está desempregado e o seu agregado familiar é constituído pela sua esposa, que aufera o ordenado mínimo nacional, e dois filhos dependentes.
- 11) O Arguido agiu de forma livre, consciente e voluntária, bem sabendo que a sua conduta era proibida por lei.

A motivação quanto ao facto provado 1) resulta da ficha de inscrição do Arguido junta a fls. 5 e 6., documento emitido pela FPC e que, por isso, não levanta dúvidas quanto à veracidade dos factos nele constantes.

O facto provado 2) fica demonstrado pela conjugação dos documentos de fls. 2 e 3, emitidos pela ADoP e FPC e que não levantam dúvidas quanto à veracidade dos factos neles constantes.

O facto provado 3) resulta provado pelo documento constante de fls. 4, que é o Relatório de Ensaio do Laboratório DoCoLab., laboratório acreditado pela AMA e que, nessa medida, se presume que respeitou os procedimentos de segurança estabelecidos pela Norma Internacional de Laboratórios da AMA, presunção que, de resto, não foi ilidida pelo Arguido.

O facto provado 4) fica provado pelo documento de fls. 2, emitido pelo Presidente da Federação Portuguesa de Ciclismo e que, por isso, não levanta dúvidas quanto à veracidade dos factos nele constantes.

Os factos 5), 7), 8) e 10) resultam provados pelas declarações do Arguido juntas a fls. 21 e 22, suportados ainda nas regras da experiência.

Quanto ao facto provado 6), a prova do mesmo resulta do conhecimento de senso comum, ademais suportada, nos presentes autos, pelas conclusões do estudo científico junto a fls. 39 e ss., da autoria de NOEL D. DUNCAN, DAVID WILLIAMS e GORDON S. LYNCH, intitulado *Deleterious Effects of Chronic Clenbuterol Treatment on Endurance and Sprint Exercise Performance Rats*, publicado pela The Biochemical Society and the Medical Research Society.

O facto provado 9) resulta provado das declarações do Arguido e ainda do documento junto entre fls. 23 e 27, que é informação prestada pela UVP-FPC ao Instrutor, relativamente ao registo de infrações do Arguido. Importa notar, a este respeito, que em virtude do disposto pelo artigo 65.º, n.º4, da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto, alterada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de agosto, as violações às normas antidopagem deixam de ser consideradas para efeitos de reincidência quando, entre a primeira e a segunda violação, decorra um intervalo de tempo de 10 anos.

O facto provado 11) dá-se como provado através de prova indireta, ou indiciária. De facto, não restam dúvidas de que a substância *Clenbuterol* se encontrava no organismo do Arguido que, desde logo, não logrou provar o contrário, ou pelo menos levantar uma dúvida razoável quanto a este ponto. Ademais, o Arguido não pode desconhecer que, ao filiar-se como ciclista na FPC, fica sujeito a um conjunto de direitos e deveres, nomeadamente o dever de assegurar que não lhe é administrada qualquer substância proibida. Ora, estando em causa um broncodilatador, sujeito a prescrição médica para doenças do foro respiratório, tal substância não está sujeita a venda livre nem é de fácil acesso ao público. Neste quadro, não tendo o Arguido provado que a toma da substância se deveu a fins terapêuticos, e considerando ainda que tal substância não consta do único medicamento a que fez menção – *Aspegic®* – não resta se não concluir à luz das regras da experiência, que a presença da substância no seu organismo se deveu a uma ação livre e consciente da sua parte, direccionada para a violação de uma norma antidopagem.

iii) FACTOS NÃO PROVADOS

Inexistem factos não provados com relevância para a decisão da causa.

iv) DO DIREITO

Importa, nesta sede, considerar as normas jurídicas às quais se poderão subsumir os factos acima descritos.

Nos termos do disposto no artigo 3.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, a presença de uma substância proibida numa amostra recolhida a um praticante desportivo constitui violação das normas antidopagem. Acresce que, nos termos do artigo 5.º da citada Lei, o praticante desportivo tem o dever de assegurar que não introduz ou é introduzida no seu organismo qualquer substância proibida, sendo em consequência responsabilizado por qualquer substância proibida que seja encontrada na amostra que lhe pertença (art.º 6.º, n.º 1, da mesma Lei).

O art.º 3.º, n.º 2, al. a) da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, entende haver violação das normas antidopagem por parte dos praticantes desportivos se se encontrar, numa amostra A de um praticante desportivo, uma substância proibida, quando, como aconteceu no caso concreto, o praticante desportivo prescindir da análise da amostra B e a amostra B não seja analisada

Importa ainda frisar o art. 5.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, no qual se preceitua o dever de diligência exigido aos atletas, e que, grosso modo, refere que compete a estes tomarem as precauções necessárias para evitar que alguma substância proibida entre no seu organismo.

Nestes termos, não pode o Arguido eximir-se da violação das referidas normas com meras alegações de puro desconhecimento relativamente aos motivos pelos quais terá sido detetada no seu organismo uma substância proibida, uma vez que tal postura é, só por si, integrante dos elementos objetivos do preceito *supra* mencionado. Com efeito, para afastar a ilicitude do facto, teria o Arguido que provar: (i) que não estava presente no seu organismo qualquer substância proibida, o que não fez; mesmo não o fazendo, (ii) que a presença da substância proibida no seu organismo não resultou de um comportamento voluntário da sua parte, através do afastamento de um dos graus de conexão entre a conduta e o resultado (causalidade adequada e criação de um risco não permitido que se materializou no resultado típico) o que também não fez.

Ora, estando provado que o Arguido agiu de forma livre, voluntária e consciente [facto provado 12)], bem sabendo que a sua conduta era proibida, conclui-se que este agiu com dolo.

O dolo, como bem o define FIGUEIREDO DIAS, na sua obra "*Direito Penal, Parte Geral, Tomo I, 2.ª Ed., (2.ª Reimpressão), 2012*", pág. 350, respeita ao "(...) *conhecimento (momento intelectual) e vontade (momento volitivo) de realização do facto.*", sendo que é esse "(...) *elemento volitivo, quando ligado ao elemento intelectual requerido, que verdadeiramente serve para indiciar (...) uma posição ou atitude do agente contrária ou indiferente à norma de comportamento, numa palavra, uma culpa dolosa e a consequente possibilidade de o agente ser punido a título de dolo.*". Explica ainda o autor que o que se pretende, para ver preenchido o momento intelectual do dolo "(...) *é que, ao actuar, o agente conheça tudo quanto é necessário a uma correcta orientação da sua consciência ética para o desvalor jurídico que concretamente se liga à ação intentada, para o seu carácter ilícito.*", já o momento volitivo exige "(...) *que a prática do facto seja presidida por uma vontade dirigida à sua realização.*". Em termos simples, imputa-se ao Arguido uma conduta dolosa porque, em primeiro lugar, se demonstrou que o Arguido tem consciência de que a introdução de uma substância proibida no seu organismo consubstancia um ato de *doping* que, como é seu dever ter conhecimento, é proibido, e, em segundo lugar,

porque também se demonstrou que uma tal introdução decorreu de uma conduta presidida pela sua própria vontade.

Acresce, para suportar esta constatação, que o *Clenbuterol* se trata de uma substância proibida não específica (isto é, uma substância cuja utilização no desporto nunca é permitida, não sendo possível emitir uma AUT sobre a mesma). E é assim pela seguinte ordem de razões: i) um atleta que esteja medicado com esta substância não se encontra em condições de praticar desporto; e, ii) tomando esta substância sem que haja uma verdadeira justificação terapêutica obtem-se, em desportos anaeróbios, uma vantagem competitiva importante, falseadora da verdade desportiva.

Do exposto é possível concluir, com segurança, segundo as regras da experiência, que não tendo sido demonstrada, ou sequer alegada, a existência de qualquer justificação terapêutica para a toma da substância, a única razão que surge como racional e razoável para a toma é, precisamente, o fito de obter a melhoria da *performance* desportiva. E esta vontade dirigida à obtenção de ganhos desportivos através da toma da substância proibida é, precisamente, o circunstancialismo que permite afirmar, com segurança, a existência de dolo.

Chegados aqui, temos por preenchidos os elementos objetivos e subjetivos do tipo, pelo que concluímos que o Arguido praticou a infração de que vem acusado.

III. DETERMINAÇÃO DA MEDIDA DA PENA

Terminadas as diligências de prova deste inquérito mostra-se agora necessário, atenta a factualidade dada como provada, determinar a medida da pena a aplicar ao Arguido.

A determinação da medida da pena deve ser feita em função dos critérios gerais previstos no artigo 14.º n.º 2 da Lei n.º 38/ 2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, e no artigo 71.º do Código Penal, nomeadamente, a culpa do Arguido e as exigências de prevenção, sendo certo que, na consideração das exigências de prevenção procura-se satisfazer a necessidade comunitária de punir a conduta e, consequentemente, realizar eficazmente as finalidades da pena, e, à consideração da culpa, preside a exigência do respeito pela dignidade da pessoa do Arguido, e visa-se limitar as exigências de prevenção.

Relacionando estes dois conceitos, tem-se que as exigências de prevenção hão-de dar uma moldura dentro da qual a pena se afigura justa, e a consideração da culpa vai impor, no caso concreto, o limite inultrapassável da pena.

Para aferir tanto das exigências de prevenção, como da culpa, há que ter em consideração, então, os fatores de medida da pena, que dizem respeito à execução do facto, à personalidade do agente, e à conduta do agente anterior e posterior ao facto, o que faremos de seguida.

Como ponto de partida para toda e qualquer consideração nesta sede, diga-se que a substância proibida *Clenbuterol*, aqui em causa, é, como já o referimos anteriormente, um broncodilatador, indicado para doentes com transtornos respiratórios, principalmente a asma, pela sua capacidade de ação broncodilatadora e aumento da secreção de fluido respiratório. Mais se diga que, dada a sua natureza, o grau de probabilidade de ser injetado em bens alimentares e, bem assim, ser incorporado no humano através da alimentação, é diminuto; e, ainda que alguma probabilidade houvesse disso, certo é que o o Arguido não fez prova capaz de levantar uma dúvida razoável nesse sentido.

Quanto ao seu impacto no desporto, em concreto no ciclismo, dado que aumenta a capacidade broncodilatadora e, bem assim, facilita a respiração, é fácil e seguro concluir que, efetivamente, representa uma vantagem competitiva em qualquer desporto anaeróbico (no que o ciclismo se inclui).

Ora, tendo sido dado como provada a presença da substância no seu organismo (facto provado 3.), e não tendo o Arguido qualquer prescrição médica para a toma de um medicamento que contivesse tal substância (facto provado 7.), nem estando essa substância presente no único medicamento a que fez menção – o *Aspegic*® –, a única conclusão decorrente de um raciocínio lógico dedutivo é a de que a mesma terá sido administrada com o objetivo único de provocar aquele que, segundo as regras da experiência, é o efeito expectável da ingestão da substância por um atleta que não padeça de qualquer doença respiratória: a melhoria da capacidade respiratória e, bem assim, do rendimento desportivo.

Pelo exposto, é legítimo concluir, cremos, que o Arguido agiu com dolo, na forma mais grave, isto é, com dolo direto.

O dolo direto implica que a realização do tipo objetivo de ilícito, que já por si é do conhecimento do Arguido, e presidiu a uma sua vontade, seja verdadeiramente o fim da conduta. Esta figura vem prevista no n.º 1 do artigo 14.º do Código Penal, nos termos do qual "*Age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, actuar com intenção de o realizar.*". Para justificar este entendimento, poucas ou nenhuma serão as considerações novas a fazer, uma vez que já ficou estabelecido que, não tendo o arguido tomado uma substância com efeito broncodilatador para efeitos terapêuticos, atentos os efeitos conhecidos da mesma no desporto anaeróbico, sempre terá que a ter tomado para efeitos de *doping*.

A favor do Arguido depõem as circunstâncias de o Arguido ser primário (facto provado 10), não devendo também ser despidendo notar que o Arguido tem 54 anos e está desempregado, vivendo apenas com o ordenado mínimo auferido pela sua esposa (facto provado 11).

Desta forma, temos que se verificam no caso concreto exigências de prevenção especial às

57
#

quais se deve atender, ainda que as mesmas, considerando a globalidade das circunstâncias do caso, não sejam elevadas.

IV. PROPOSTA DE DECISÃO

Considerando tudo quanto acima se expôs propomos ao Conselho de Disciplina a aplicação ao Arguido de uma pena de suspensão pelo período de 4 anos – ao qual deve ser deduzido o período já cumprido, por imposição da suspensão preventiva – e, acessoriamente, a anulação do resultado obtido na prova em que acusou positivo (xxxxxxxxxxxxxx), bem como a invalidação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia xxxxxxxx e, finalmente, pena de multa, pelo mínimo, isto é €500 (quinhentos euros).

Por não se entender estarem preenchidos os requisitos necessários para a redução do período de suspensão, previstos no artigo 67.º, n.º 3 da Lei n.º 38/2012, de 28 de Agosto, na redação dada pela Lei n.º 93/2015, de 13 de Agosto, propondo-se uma sanção superior a 2 anos, em nosso entender também não se verificam os requisitos previstos no n.º 1 do referido artigo, pelo que fica dispensada a solicitação de parecer prévio ao CNAD.

Lisboa, 02 de maio de 2017

O Instrutor,





FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO

Processo n.º02/17_UVP-FPC

ACÓRDÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA DA UVP-FPC

A. Identificação e Instrução

Por determinação da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) o Conselho de Disciplina da União Velocipédica Portuguesa / Federação Portuguesa de Ciclismo instaurou processo disciplinar, em 02.02.2017, contra o ciclista seu filiado xxxxxxxxxxxxxx portador da licença n.º xxx tendo em vista apurar a sua responsabilidade disciplinar pela prática da infração prevista na alínea a) do n.º2 do art. 3.º da Lei n.º 38/2012, de 28 de agosto (Lei Antidopagem no Desporto) consubstanciada na presença da substância proibida não específica Clembusterol no líquido orgânico (urina) recolhido ao Arguido no final da prova xxxxxxxxxx, que teve lugar no dia xxxxx.

A instrução do processo foi conduzida pelo Exmo. Senhor Dr. Tito Crespo, que foi nomeado pelo Conselho aquando da abertura do processo disciplinar. Findo o inquérito, o processo disciplinar foi entregue pelo Instrutor ao Presidente.

B. Fundamentação

No termo da instrução foi elaborado relatório final, que se subscreve na totalidade - quer quanto à matéria de facto, quer quanto à matéria de direito – e para o qual se remete, passando o mesmo a fazer parte integrante da presente decisão.

C. Decisão

Depois de analisado e discutido todo o processo, os membros deste Conselho decidem, por unanimidade, aplicar ao ciclista/filiado xxxxx as seguintes sanções cumulativas:

- i. Pena de quatro anos de suspensão da atividade desportiva (art. 61º nº 1 alínea a) da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);



FEDERAÇÃO
PORTUGUESA
DE CICLISMO

- ii. Invalidação do resultado individual obtido na prova xxxxxxxx (art. 74.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto);
- iii. Anulação de todos os resultados desportivos obtidos nas provas em que tenha participado após o dia xxxxxxxx (art. 76.º da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto); e,
- iv. Sanção de multa fixada em €500,00 (art. 27.º do Regulamento Antidopagem da UVP/FPC em vigor).

Acresce notar que, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 69.º n.º2, o período de suspensão sempre deveria começar a contar-se desde a data em que o Arguido foi suspenso preventivamente (isto é, desde o dia 02.02.2017). Não obstante, neste caso há ainda a considerar o atraso significativo ocorrido no procedimento de controlo – a amostra foi recolhida ao atleta em xxxx e o resultado da análise à amostra A só foi comunicado à FPC em 26.01.2017 – o que, no entender deste Conselho deve ser relevado. Assim, ao abrigo do preceituado no artigo 69.º n.º3 da Lei nº 38/2012, de 28 de Agosto, o período de suspensão aplicado deve começar a contar-se desde a data da recolha da amostra, isto é, desde 26.06.2016. E, como tal, o arguido não poderá participar, em que qualidade for, em nenhuma competição ou evento desportivo, até ao dia 25/06/2020.

Notifique-se ao Arguido, juntando-se em anexo, como parte integrante da decisão, cópia do Relatório Final de Instrução. E notifique-se igualmente à ADoP.

Lisboa, 26 de Maio de 2017

Por Membros do Conselho de Disciplina,

Recurso desta Decisão

As decisões do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Ciclismo relativas a matérias de dopagem são passíveis de recurso, nos termos da lei e dos regulamentos, para o Tribunal Arbitral do Desporto (em conformidade com o disposto no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto). O recurso para o Tribunal Arbitral do Desporto deve ser interposto no prazo de 10 dias, contados da notificação desta decisão (artigo 54.º, n.º2, da Lei do Tribunal Arbitral do Desporto).

2